

Dados Básicos

Programa:	Direito (32006012027P8)
Nome:	TUTELA PENAL NA PÓS-MODERNIDADE
Sigla:	PDI
Número:	047
Créditos:	3
Período de Vigência:	02/03/2015 à -
Disciplina obrigatória:	Não
Ementa:	A função do Direito Penal na proteção dos direitos fundamentais. Princípios constitucionais do direito penal, sistema de garantias e justiça penal. A política criminal da sociedade de risco e globalizada. Políticas públicas de segurança na perspectiva pós-moderna. Relações e diferenças entre o Direito Penal e Direito Administrativo Sancionatório. A construção da teoria do delito no Direito Penal contemporâneo. Expansão e função do Direito Penal na proteção de bens jurídicos. Crise do bem jurídico, evolução epistemológica e a construção dos tipos penais. A tutela penal dos bens jurídicos supraindividuais. Novas tendências na culpabilidade e concepções funcionalistas. Evolução do Direito Penal Econômico. Crimes contra a ordem financeira, lavagem de dinheiro, concorrenciais, contra a ordem fiscal, contra o consumidor. Corrupção e delação premiada no contexto do Estado Democrático de Direito. Criminalidade organizada. Direito penal, compliance e responsabilidade penal da pessoa jurídica. Direito Penal Ambiental. Direito Penal internacional e criminalidade transnacional. Terrorismo. Tráfico de pessoas, armas, drogas. Delitos eletrônicos. Jurisprudência constitucional e perspectivas da tutela penal pós-moderna.
Bibliografia:	AFTALIÓN, Enrique R. Derecho Penal Administrativo. Con colaboraciones de Laureano Landaburu, Julio Cueto Rúa e Carlos Jáuregui. Buenos Aires, Arayú, 1955. AGUADO, Paz M. de la Cuesta - Derecho penal del medio ambiente. Editorial Trotta, Madrid, 1997. ALFLEN DA SILVA, Pablo Rodrigo. A problemática das Leis Penais em Branco em face do Direito Penal do Risco. In: CARVALHO, Salo de. Leituras Constitucionais do Sistema Penal Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. BACIGALUPO, Enrique. Curso de derecho penal económico. Madrid : Marcial Pons, 1998. BACIGALUPO, Silvina. La responsabilidad penal de las personas jurídicas. Barcelona: Bosch, 1998. BAJO FERNÁNDEZ, Miguel e BACIGALUPO, Silvina (Coords.). Derecho penal económico. Madrid : Editorial Centro de Estudios Ramón Areces S.A., 2001. BIANCHINI, Alice. Pressupostos materiais mínimos da tutela penal. São Paulo: RT, 2002. BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Crimes de perigo abstrato e princípio da precaução na sociedade de risco. São Paulo : RT, 2007. BOTTINI, Pierpaolo; BADARÓ, Gustavo. Lavagem de dinheiro, aspectos penais e processuais penais. São Paulo: revista dos Tribunais, 2013. CAMARGO, Antonio Luís Chaves. Sistema de Penas, dogmática jurídico-penal e política criminal. São Paulo: Cultural Paulista, 2002. CARLOS DE OLIVEIRA, Ana Carolina. Hassemer e o direito penal – direito de intervenção, sanção penal e administrativa. São Paulo: IBCCRIM, 2013. CORCOY BIDASOLO, Mirentxu. Delitos de peligro y protección de bienes jurídicos penales supraindividuales. Valencia: Tirant lo blanch, 1999. COSTA, Helena Regina Lobo da. A dignidade humana: teorias de prevenção geral positiva. São Paulo: RT, 2008. CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. Constituição e crime: uma perspectiva da criminalização e da descriminalização. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1995. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS” PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO D'AVILA, Fabio Roberto. Teoria do crime e ofensividade. O modelo de crime como ofensa ao bem jurídico. In: Ofensividade em direito penal: escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. FARIA COSTA, José Francisco de. O fenómeno da globalização e o direito penal económico. Revista Brasileira de Ciências Criminas, São Paulo, fasc. 34, pp. 09-25, abril/jun, 2001. FELDENS, Luciano. Direitos fundamentais e direito penal: garantismo, deveres de proteção, princípio da proporcionalidade, jurisprudência constitucional penal, jurisprudência dos tribunais de direitos humanos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. FERRERES COMELLA, Victor. El principio de taxatividad em matéria penal y el valor normativo de la jurisprudência (una perspectiva constitucional). Madrid: Civitas, 2002. FELIP I SABORIT, David. Observaciones a la expansión diez años después. La crisis del derecho penal contemporáneo. Atelier, 2010. FERRAJOLI, Luigi. Derecho y razón – Teoría del garantismo penal. Madrid: Trotta, 1995. GARCÍA CAVERO, Percy. La imputación penal de la empresa y desde la empresa en el pensamiento jurídico-penal del professor Silva Sánchez. La crisis del derecho penal contemporáneo. Atelier, 2010. GARCIA MARTÍN, Luis. Prolegómenos para la lucha por la modernización y expansión del Derecho penal y para la crítica del discurso de resistencia. Valencia: Tirant lo blanch, 2003. GÓMEZ DE LA TORRE, Ignacio Berdugo; BECHARA, Ana Elisa Liberatore e Silva. Estudos sobre la corrupcion. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2013. GÓMEZ-JARA Díez, Carlos. La culpabilidad penal de la empresa. Madrid : Marcial Pons, 2005. GRECO FILHO, Vicente. Algumas observações sobre o direito penal e a internet. Boletim IBCCRIM, v. 8, p. 3, 2000. GRECO FILHO, Vicente. Tipicidade, bem jurídico e lavagem de valores. In: COSTA, José Faria; SILVA, Marco Antônio Marques da. (Org.). Direito penal especial, processo penal e direitos fundamentais. São Paulo: Quartier Latin, 2006. GRECO FILHO, Vicente. Comentários à Lei de Organização Criminosa. São Paulo: Saraiva, 2014. HEFENDEHL, Roland (Coord.). La teoría del bien jurídico. Madrid : Marcial Pons, 2007. HIRSCH, Hans Joachim. Acerca del estado actual de la discusión sobre el concepto de bien jurídico. Modernas tendencias en la ciencia del derecho penal y en la criminología. Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2001. JAKOBS, Günther. La ciencia del derecho penal ante las exigencias del presente. Trad.Tereza Manso Porto. Bogotá : Universidad Externado de Colombia,

2000. MACHADO, Marta Rodríguez de Assis. Sociedade do risco e direito penal. Uma avaliação de novas tendências político-criminais. São Paulo: IBCCRIm, 2005. MENDOZA BUERGO, Blanca. El derecho penal en la sociedad del riesgo. Madrid: Civitas, 2001. MIR PUIG, Santiago. El derecho penal en el Estado social y democrático de derecho. Barcelona: Ariel, 1994. MOCCIA, Sergio. Dalla tutela di beni alia tutela di funzioni: tra illusioni postmoderne e riflussi illiberali. Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale, Milano, v. 38, fasc. 2, p. 343-374, apr./giug. 1995. MOCCIA, Sergio. 'Legalità' e 'flessibilità' dell'intervento penale. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, n. 42, jan.-mar.2003, p. 133-147. PALAZZI, Pablo A. Delitos informáticos. Buenos Aires: Ad Hoc, 2000. PRADO, Luiz Régis. (Coord.). Responsabilidade penal da pessoa jurídica. São Paulo : RT, 2001. PRADO, Luiz Regis. Bem Jurídico-penal e Constituição. São Paulo: RT, 1997. PRADO, Luiz Régis. Crimes contra o ambiente. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2.ª ed. 2001. RIQUERT, Marcelo. Delinquencia informática en Argentina y el Mercosur. Buenos Aires: Ediar, 2009. ROBLES PLANAS, Ricardo. La construcción del sistema del delito en la aproximación al derecho penal contemporáneo. La crisis del derecho penal contemporáneo. Atelier, 2010. ROXIN, Claus. Estudos de direito penal. Trad. Luís Greco. Renovar: Rio de Janeiro, 2006. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA FACULDADE DE DIREITO "PROF. JACY DE ASSIS" PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. Tipicidade penal e sociedade de risco. São Paulo : Quartier Latin, 2006. SÁNCHEZ-OSTIZ GUTIÉRREZ, Pablo. La aproximación al derecho penal contemporáneo veinte años después: los fines del derecho penal. La crisis del derecho penal contemporáneo. Atelier, 2010. SCHECAIRA, Sérgio Salomão. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. São Paulo: RT, 1998. SCHÜNEMANN, Bernd. Temas actuales y permanentes del Derecho penal después del milenio. Madrid: Tecnos, 2002. SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. ¿Libertad económica o fraudes punibles? : riesgos penalmente relevantes e irrelevantes en la actividad económico-empresarial. Coord. por Jesús María Silva Sánchez. Marcial Pons, 2003. SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. A expansão do direito penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. As Ciências Criminais no século XXI. Vol 11. São Paulo: RT, 2002. SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. Aproximação ao direito penal contemporâneo. Tradução de Roberto Barbosa Alves. RT, 2012. SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. Delitos de organización. Manuel Cancio Meliá, Jesús María Silva Sánchez. B de F, 2008. SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. Determinación de la pena y responsabilidad civil en el delito fiscal. Un recorrido desde la participación de extranei hasta la imposición de intereses de demora. Estudios penales en homenaje al profesor Cobo del Rosal / coord. por Juan Carlos Carbonell Mateu, 2005. SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. Expansión del derecho penal y blanqueo de capitales. II Congreso sobre prevención y represión del blanqueo de dinero: (ponencias y conclusiones del congreso internacional celebrado en Barcelona en noviembre de 2010) / coord. por Miguel Abel Souto, Nielson Sánchez Stewart, 2011. SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. Hacia el derecho penal del estado de la prevención. La protección penal de las agencias administrativas de control en la evolución de la política criminal. ¿Libertad económica o fraudes punibles? : riesgos penalmente relevantes e irrelevantes en la actividad económico-empresarial. SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. Dos crimes de perigo abstrato em face da Constituição. São Paulo: RT, 2003. SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Direito penal econômico como Direito Penal de Perigo. São Paulo: RT, 2006. SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Direito penal supra-individual – interesses difusos. São Paulo: RT, 2003. SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Fundamentos da Adequação Social em Direito Penal. São Paulo: Quartier Latin, 2010. SOUZA, Luciano Anderson de. Expansão do direito penal e globalização. São Paulo: Quartier Latin, 2007. TIEDEMANN, Klaus. Poder económico y delito: introducción al derecho penal económico y de la empresa. Barcelona, Ariel, 1985. TUCCI, José Rogério Cruz e. Precedente judicial como fonte do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

Curso(s)

Curso	Nível	Carga Horária
DIREITO PÚBLICO	Mestrado	45.0 (hs)

Área(s) de Concentração obrigatória(s) à Disciplina

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Turma(s)

Período/Ano	Nome	Docentes
2/2016	-	EDIHERMES MARQUES COELHO (Docente)
2/2017		BEATRIZ CORREA CAMARGO (Docente)

Fechar